



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo Fundamentos do Serviço Social: formação profissional do/a Assistente Social)

## **A emergência do Serviço Social no Capitalismo Monopolista**

Suellen Pricila Galvan<sup>1</sup>  
Melissa Portes<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo é fruto das discussões realizadas em uma disciplina cursada em um Programa de Mestrado em Serviço Social de uma universidade pública do Estado do Paraná, que tinha como eixo os fundamentos da profissão. Partindo da bibliografia estudada, serão abordados alguns aspectos relacionados à emergência do Serviço Social partindo das teses de dois autores clássicos marxistas: Marilda Villela Iamamoto e José Paulo Netto. Resgatar a historiografia da profissão de Serviço Social e seus fundamentos é sempre uma temática atual, pois vivenciamos uma reedição constante da precarização das condições de trabalho e do conservadorismo que afetam diretamente a profissão.

**Palavras-Chave:** emergência da profissão; serviço social; capitalismo monopolista.

**Abstract:** This article is the result of discussions held in a subject taken in a Master's Program in Social Service at a public university in the State of Paraná, which had as its axis the foundations of the profession. Starting from the bibliography studied, some aspects related to the emergence of Social Service will be addressed based on the theses of two classic Marxist authors: Marilda Villela Iamamoto and José Paulo Netto. Rescuing the historiography of the Social Service profession and its foundations is always a current topic, as we experience a constant reissue of precarious working conditions and conservatism that directly affect the profession.

**Keywords:** emergence of the profession; social service; monopoly capitalism.

---

<sup>1</sup> Assistente Social na Política Pública de Saúde no município de Maringá, PR, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, UEL, su.prigalvan@gmail.com.

<sup>2</sup> Docente do curso de Graduação e Pós-Graduação strictu sensu de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, Pr. Mestre em Educação pela UEPG e Doutora em Serviço Social e Política Social pela UEL, melissaportes@uel.br.



## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto das discussões realizadas em uma disciplina cursada no Mestrado de um programa de Pós-Graduação de uma universidade pública do Estado do Paraná. A referida disciplina tinha como eixo os fundamentos da profissão de Serviço Social e, partindo da bibliografia estudada, o artigo em tela abordará sobre alguns aspectos relacionados ao surgimento da profissão de Serviço Social partindo das teses de dois autores clássicos, que marcaram a forma de explicar a emergência da profissão à luz da tradição marxista: Marilda Villela Iamamoto e José Paulo Netto.

A contextualização ora mencionada, será iniciada com base, sobretudo, na obra de Iamamoto em parceria com Raul de Carvalho, intitulada “Relações Sociais e Serviço Social: Esboço de uma interpretação teórico-metodológica”, a qual inaugura os estudos sobre a emergência da profissão no país.

Na sequência, será tematizada a emergência da profissão sob a ótica do autor José Paulo Netto, partindo da obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”.

Para dialogar sobre os primórdios do Serviço Social se faz necessário contextualizar o período histórico da época. O surgimento da profissão no Brasil, está intrinsecamente relacionado às transformações sociais, econômicas e políticas, ocorridas na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

O país passou por significativas mudanças em sua estrutura social e econômica, influenciadas, sobretudo, pela industrialização, que gerou a concentração de trabalhadores nas fábricas, criando novas dinâmicas sociais e laborais. Esses trabalhadores frequentemente enfrentavam condições de trabalho precárias, jornadas extenuantes e ausência de direitos trabalhistas.

Como consequência do acirramento da questão social, os trabalhadores começaram a reivindicar por melhores condições de trabalho e o Estado e as classes dominantes, perceberam a necessidade de "controle" do operariado para lidar com as tensões e demandas geradas pelo capitalismo monopolista.

O Serviço Social emergiu como uma resposta às expressões da questão social, afloradas na época, portanto, sua emergência é uma resposta às demandas da própria sociedade capitalista.

Tendo em vista o explanado acima, este trabalho será desenvolvido a partir dos seguintes tópicos: 1. A emergência da profissão sob a ótica de Carvalho e Iamamoto; 2. A emergência da profissão sob a ótica de Netto; 3. Resultados e conclusões.



## 2. A EMERGÊNCIA DA PROFISSÃO SOB A ÓTICA DE MARILDA VILLELA IAMAMOTO E RAUL DE CARVALHO

De acordo com Carvalho e Iamamoto (2006), entre as décadas de 1920 e 1930, a questão social surge no Brasil relacionada a expansão do trabalho livre, nos moldes do sistema capitalista. Os autores (2006), demarcam este espaço cronológico, no âmbito da qual ocorre a implementação do Serviço Social.

Segundo Carvalho e Iamamoto (2006), para compreender a direção histórica da profissão, é imprescindível examinar a questão social e seus desdobramentos. As mudanças ocasionadas no mundo do trabalho e características do capitalismo monopolista, ocasionam um impacto significativo na vida dos trabalhadores e na dinâmica econômica e social das sociedades contemporâneas.

Na sequência dos numerosos movimentos sociais encabeçados pelo proletariado após a 1ª Guerra Mundial, a questão social se apresenta categoricamente à sociedade. Neste contexto, surgem ações e organizações que marcaram “o que se poderia considerar como sendo as *protoformas* do Serviço Social no Brasil” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 140).

Para os autores citados acima, a profissão de Serviço Social só pode ser entendida no movimento histórico da realidade, pois a mesma sofre as determinações econômicas, políticas, culturais e ideológicas de cada período vivenciado.

Na obra citada, ainda que os autores entendam que as chamadas protoformas, são identificadas como as práticas ou iniciativas informais de caridade, destinadas aos indivíduos em situações de necessidade ou vulnerabilidade, faz-se necessário reconhecer que os autores reconhecem a profissão como trabalho tendo o Estado o seu grande empregador.

Enquanto profissão, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, vai responder às requisições do Estado burguês, pela via da elaboração, implementação e avaliação das políticas sociais, buscando atender, ainda que parcialmente, as expressões da questão social.

De acordo com Carvalho e Iamamoto (2006), a institucionalização da profissão também foi diretamente relacionada à expansão de grandes instituições administradas ou financiadas pelo Estado, que prestavam serviços de cunho social e assistencial, assinalando concomitantemente o crescimento do mercado de trabalho para assistentes sociais.

Nessa conjuntura, o Assistente Social passa a ser um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho como mercadoria, estando, portanto, a serviço das instituições que o contratam. Esta mercantilização demarca uma separação,

(...) entre a atividade assistencial voluntária, desencadeada por motivações puramente pessoais e idealistas, e a atividade profissional que se estabelece



mediante uma relação contratual que regulamenta as condições de obtenção dos meios de vida necessários à reprodução desse trabalhador especializado. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 85)

Ademais, é importante destacar que o Serviço Social se circunscreve desde a sua emergência, no processo de produção e reprodução das relações sociais, sendo construída historicamente e socialmente demandada.

Parte-se do pressuposto que, o Serviço Social é uma profissão liberal, inserida na divisão social e técnica, que exerce uma função especializada através do trabalho assalariado e alienado, logo, os agentes executores da profissão são detentores de uma relativa autonomia (IAMAMOTO, 2010). Todavia,

(...) essa autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores: o Estado (e suas distintas esferas de poder), o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil. O *significado social do trabalho profissional do assistente social* depende das relações que estabelece com os *sujeitos sociais que o contratam*, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. (IAMAMOTO, 2010, p. 215)

A referida correlação de forças, trará à profissão um significado social diferenciado de acordo com as relações estabelecidas entre trabalhadores e empregadores, ditando ao Assistente Social as condições ocupacionais, trabalhistas e as demandas sociais que deverão ser atendidas (IAMAMOTO, 2010).

Esta condição de trabalhador assalariado, que exige o consentimento e cumprimento das imposições acima descritas, não confere aos Assistentes Sociais uma autonomia absoluta. Ao profissional de Serviço Social resta a relação de assalariamento determinada pela sociedade capitalista, que envolve a venda de sua força de trabalho em troca de um salário e todos os desdobramentos que esta relação confere.

Baseado nos pressupostos estudados e dando sequência a temática da emergência da profissão, o tópico que se segue partirá para a análise do surgimento da profissão de Serviço Social, sob a ótica da produção teórica de José Paulo Netto.

### **3. A EMERGÊNCIA DA PROFISSÃO SOB A ÓTICA DE JOSÉ PAULO NETTO**

A profissão de Serviço Social teve origem em um contexto histórico de transformações sociais, econômicas e políticas. Foi na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista em sua fase avançada, que a profissão emergiu. Esse período



de transição foi marcado pela ascensão das grandes corporações e monopólios, bem como pelo aumento do poder das finanças sobre a economia (NETTO, 1996).

Segundo Netto, o capitalismo monopolista inseriu na economia um rol de acontecimentos que afetaram diretamente a classe trabalhadora, dentre eles, o processo de industrialização apresentou forte impacto, visto que uma de suas características foi a progressiva propensão de substituir o trabalho humano em decorrência da implementação de novas tecnologias. No capitalismo monopolista,

(...) a dialética forças produtivas/relações de produção é tensionada adicionalmente pelos condicionantes específicos que a organização monopólica impõe especialmente ao desenvolvimento e à inovação tecnológicos” (NETTO, 1996, p. 20).

Com a expansão das indústrias e a concentração do poder nas mãos de grandes empresas, os trabalhadores se encontram inseridos em condições de trabalho extremamente precárias, lutando para sobreviver com baixas remunerações.

Em decorrência do conjunto de problemas, desafios e conflitos que surgem no âmbito dos extratos mais vulnerabilizados da sociedade, observa-se um processo de intensificação da exploração da força de trabalho do proletariado, resultando em inúmeras desigualdades que proporcionarão o acirramento da questão social<sup>3</sup>.

De acordo com Netto, a questão social e suas variadas expressões, são frutos do sistema capitalista nos seus distintos períodos, “sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante” (2001, p. 45).

Diante do acirramento da questão social na era monopólica, a classe trabalhadora passa a se organizar e reivindicar por melhores condições de trabalho e compete ao Estado a função de mitigar alguns dos impactos negativos gerados, mantendo a estabilidade social, ao mesmo tempo em que protege os interesses econômicos e políticos das elites monopólicas. De acordo com Netto, “respostas positivas a demandas das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros” (1996, p. 25).

Segundo Netto (1996), é no contexto da era monopólica que emerge a profissão de Serviço Social, sendo “somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais (...) que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão” (1996, p. 65).

O autor refere que “precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do

---

<sup>3</sup> O termo questão social emerge no século XIX (1830) como resposta ao pauperismo na Europa Ocidental que vivenciava os efeitos da primeira fase da industrialização (NETTO, 2001).



Serviço Social é que os agentes se profissionalizam” (NETTO, 1996, p. 68). Portanto, os agentes executores da profissão alteram sua condição de trabalho e seu significado social, inscrevendo-se,

(...) numa *relação de assalariamento* e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da *reprodução* das relações sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se *vendedor* da sua força de trabalho) (NETTO, 1996, p. 69).

A partir dos preceitos de Netto, o Serviço Social surge como profissão intrínseca à era dos monopólios, sendo sua emergência uma resposta às demandas da própria sociedade capitalista. A profissão é fruto do capitalismo, dessa forma, “indivorciável da ordem monopólica - ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (NETTO, 1996, p. 70). Em outras palavras, a profissão se sustenta baseada na necessidade do Estado burguês gerenciar a questão social e seus desdobramentos pela via da implementação de políticas sociais, exigindo, para sua execução e formulação, agentes técnicos providos de conhecimento especializado. Nesse aspecto “está posto o mercado de trabalho para o Assistente Social: ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais” (NETTO, 1996, p. 71).

A era monopólica modifica o papel do Estado, das políticas sociais e, conseqüentemente, da questão social. O Estado passa a atender os interesses burgueses, tornando-se um instrumento de classe da burguesia, portanto, assumindo um papel interventivo cada vez mais importante na economia e na sociedade, “sem modificar sua função social central, que é garantir as condições gerais, externas, para reprodução do capital, o Estado sob o comando dos monopólios, passa a condensar funções políticas e econômicas” (SOUZA, 2016, p. 127).

No contexto de acirramento da questão social na era monopólica, que decorre da concentração e centralização do capital, o Estado burguês assume um papel cada vez mais ativo na intervenção da sociedade, através da política social. De acordo com Souza, “(...) a “questão social” traduz-se em demanda legítima ao Estado burguês, a ser “enfrentada” pelas políticas sociais, na medida em que seu reconhecimento político-institucional contribui para a formação do consenso” (2016, p. 129).

Desta forma, as modificações ocorridas na sociedade durante o capitalismo monopolista, no que tange a “forma de acumulação do capital, no Estado burguês e na “questão social”, são decisivas para elucidar a estrutura sincrética do Serviço Social” (SOUZA, 2016, p. 115).



Nesta conjuntura, a tese do sincretismo<sup>4</sup> é elaborada por Netto. Para compreender a estrutura sincrética, é necessário o aprofundamento dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Para Netto,

*O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social (1996, p. 88).*

A compreensão do sincretismo perpassa pelo entendimento do movimento histórico da sociedade, através de cinco categorias: o capitalismo monopolista; a questão social; o Estado, a política social e o processo de profissionalização e assalariamento do Serviço Social (NETTO, 1996). Segundo Souza,

*Na forma específica da intervenção do Estado na "questão social" reside um dos fundamentos do sincretismo no Serviço Social — particular, mas não exclusivamente, no que concerne ao exercício da profissão. Trata-se da concretização peculiar da política social no período dos monopólios: ela se efetiva como políticas sociais, fragmentando a "questão social" em núcleos problemáticos autonomizados. É assim que ocorre o obscurecimento da "questão social" como resultante global das contradições do sistema do capital. (2016, p. 129)*

Na história da profissão, alguns projetos profissionais já tentaram dar conta de explicá-la, dessa maneira, a tese sincrética defende que nunca houve uma mesma forma de explicar o Serviço Social. Segundo Netto, o problema está situado na "(...) própria *natureza sócio-profissional* do Serviço Social. É desta que decorrem, *posta a carência de um referencial teórico crítico-dialético*, as peculiaridades que fazem dele um exercício prático-profissional medularmente *sincrético*" (1996, p.88). Portanto, a única forma de se romper com o sincretismo é através da teoria social crítica marxista.

A ideia central da tese do sincretismo é que o Serviço Social brasileiro, desde suas origens, misturou influências de diferentes correntes do pensamento social e político, muitas vezes de forma não sistemática ou consistente. Isso ocorreu porque a profissão emergiu em um contexto histórico complexo e atravessado por diversos debates ideológicos e políticos. Portanto, a estrutura sincrética, sugere que o Serviço Social brasileiro não adotou uma única perspectiva teórica ou ideológica de maneira consistente ao longo de sua história, mas sim incorporou diversas influências de forma adaptada e muitas vezes contraditória.

---

<sup>4</sup> A referida tese foi fruto de uma pesquisa desenvolvida entre os anos 1930 e 1960 e seus resultados se transformaram no livro "Capitalismo monopolista e Serviço Social", publicado apenas nos anos 90.



#### 4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil, tem sido marcada por diferentes momentos que refletem as transformações sociais, econômicas e políticas do país, que como consequência, causam o acirramento das expressões da questão social. Nas teses de Carvalho e Iamamoto (2006), bem como de Netto (1996), a profissão emerge na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, conjuntura esta que é o palco dessas transformações.

A emergência da profissão de Serviço Social está diretamente relacionada ao período histórico do capitalismo monopolista, sendo impossível falar de sua emergência desconsiderando o período, como também é indissociável a relação com o Estado, a questão social e as políticas sociais (NETTO, 1996).

A era dos monopólios é marcada por mudanças sociais significativas, dentre elas, o processo de industrialização. Neste contexto, a profissão surge inicialmente como uma resposta ao atendimento das classes trabalhadoras, diante das condições adversas de trabalho e de vida.

O Assistente Social quando passa a vender sua força de trabalho em troca de salário, insere-se no campo de trabalho formal e assalariado, com um foco mais amplo na intervenção social. Uma das premissas dessa transformação - trabalho x salário - é que a atividade laborativa deste agente, detentor de um trabalho especializado, estará subordinada à classe capitalista, que é quem compra sua força de trabalho.

Na perspectiva marxista o Serviço Social é trabalho, sendo a relação de assalariamento determinada pela sociedade capitalista, a qual envolve a venda de sua força de trabalho em troca de um salário e todos os desdobramentos que esta relação confere.

Partindo destes pressupostos, Netto (1996) rejeita a tese endogenista para explicar a emergência da profissão, pois, segundo ele, quando a força de trabalho passa a ser vendida em troca de salário se instaura o estatuto de assalariamento e o Serviço Social passa a ser reconhecido como trabalho. O agente executor da profissão, passa a pertencer a uma classe localizada entre quem vende sua força de trabalho e quem detém os meios de produção (divisão social), sendo que para a execução de seu trabalho é exigido um conhecimento técnico (divisão técnica). Deste modo, essas características marcam o momento que o Serviço Social torna-se trabalho, inserido na divisão social e técnica.

Vislumbrar a emergência da profissão desconsiderando os fatos mencionados pode-se incorrer em uma narrativa simplista, que acredita que a emergência da profissão se



deu via atividades filantrópicas já existentes e, portanto, o Serviço Social seria uma continuidade racionalizada das atividades caritativas.

Descrever a conjuntura do surgimento da profissão, é também tomar conhecimento de sua estrutura sincrética. Embora não seja um conceito ou uma categoria, o sincretismo procura compreender como o Serviço Social no país, incorporou e adaptou diferentes influências teóricas e práticas ao longo do tempo, formando uma abordagem eclética e pluralista.

Resgatar a trajetória sócio-histórica da profissão de Serviço Social e seus fundamentos é sempre uma temática atual. Vivenciamos uma reedição constante da precarização das condições de trabalho e do conservadorismo que afetam diretamente a profissão. Ambos não datam da contemporaneidade, mas ressurgem a todo momento em nova roupagem. Neste aspecto, a tese do sincretismo não é linear, pois também vai se metamorfoseando conforme o período histórico vivenciado.

Por fim, rediscutir a emergência do Serviço Social e sua estrutura sincrética é significativo, pois urge a necessidade de resgatar os fundamentos da profissão e entendê-la na sua essência, totalidade e mediação. Em tempos de contínua precarização das relações trabalhistas e “ressurgimento” constante do conservadorismo, aspectos estes próprios do sistema capitalista, entender a profissão e contextualizá-la é sempre indispensável e atual, afinal, estas questões estão longe de serem superadas.



#### 4. REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 19ª ed., 2006, Part. I - Cap II e Part II - Cap. I. p. 71 - 89 e 123 - 141.

\_\_\_\_\_. **A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social**. In: Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 209 - 221.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Cinco Notas a propósito da “questão social”**. In: Temporalis. Brasília, DF: ABEPSS, ano III, n. 03, jan-jun 2001, p. 41 – 49.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação. **O sincretismo no Serviço Social: uma abordagem ontológica**. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (org.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016, p. 113 - 144.